



FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV

CNPJ 46.139.960/0001-38
Rua Rio Branco nº 19-31 – CEP 17014-037 – Bauru – SP
Fone: (14) 3009-5500



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 19/2025
COMITÊ DE INVESTIMENTOS – TRIÊNIO 2025/2027 – FUNPREV

Data	10 de julho de 2025		Horário (Início - Término)	09h00min – 11h00min
Membros		Função	Origem	Assinatura
Alexandre Fructuoso da Costa		Presidente	Auditor Tributário - SEF	Participação remota
Diogo Nunes Pereira		Secretário	Economista - Funprev	Participação presencial
Eduardo de Almeida		Membro	Assistente em Inform. - CMB	Participação remota
Lucas Chasseraux Tauil		Membro	Analista de Sistemas - SEF	Participação remota
Participantes		Cargo		
Luiz Gustavo Peres Macedo		Economista - Funprev		
Pendências da Reunião Anterior				
Assunto	Não há pendências			
Assuntos discutidos na reunião ordinária				
01)	O Comitê registra a realização de reunião híbrida, iniciada às 09h00min por meio do aplicativo <i>Microsoft Teams</i> . Registra-se a ausência do Sr. Antonio Carlos Batista Martinez, devidamente justificada.			
02)	Iniciada a reunião, o Comitê verificou as rentabilidades parciais do mês de julho, dos principais indicadores do mercado financeiro, conforme informações obtidas na plataforma da consultoria Crédito & Mercado, com data base em 09/07/2025. O Comitê observou retornos positivos no mês nos indicadores de renda fixa de curto prazo e negativos nos demais. O Ibovespa, principal indicador de renda variável doméstico apresenta retorno negativo no mês e o S&P 500, de investimento no exterior, apresenta retorno positivo no período. No acumulado do ano, todos os indicadores estão apresentando rentabilidade positiva.			
03)	Processo 1064/2023 – Controles financeiros e análises gerenciais , o Comitê retomou as discussões acerca deste processo. Quanto a sugestão apresentada à folha 190 pelo Núcleo de Investimentos e ratificada na folha 191 pela Diretoria Financeira, o Comitê acompanha, tendo em vista os estudos realizados por aquela Divisão que identificaram não haver impedimentos para a transferência dos recursos ora alocados na conta junto a Caixa para outras instituições financeiras (fls. 133/141). Sobre os valores, origem e destinos, o Comitê entende que aquela Divisão é a competente para manifestação por ser a responsável pelas entradas e saídas de recursos, bem como do planejamento financeiro da Fundação. O Comitê apenas reitera o alerta para os devidos controles visando respeitar o disposto no artigo 55 da Resolução MTP 1467/2022 quanto ao prazo mínimo de cinco anos a serem mantidos os recursos. Em prosseguimento, o Comitê passou a analisar a destinação dos R\$ 33,5 milhões (fl. 07) oriundos da amortização dos títulos públicos, ocorrida no mês de maio e que provisoriamente			



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38
Rua Rio Branco nº 19-31 – CEP 17014-037 – Bauru – SP
Fone: (14) 3009-5500



	<p>foram aplicados no fundo BTG Tesouro Selic (DI) até que se verificasse a melhor destinação. O Comitê entendeu que, tendo em vista a recente saída da renda variável no mês anterior e a aplicação em títulos públicos, justificada principalmente pela maior volatilidade e ausência de um cenário consistente e favorável no curto e médio prazo para aquele segmento, somado a atual situação financeira da Fundação, que tem experimentado déficits financeiros nos últimos exercícios e a necessidade de uma posição conservadora aliada a uma melhor rentabilidade, como a oferecida nos títulos públicos que garantem o atingimento da meta atuarial até o vencimento dos papéis no valor aplicado; uma eventual diversificação no segmento de renda fixa nos ativos propostos nas folhas 139-verso e 140, estaria na contramão daquilo que foi proposto no mês de junho tanto pelo Núcleo de Investimentos, quanto pelo próprio Comitê. Dessa forma, a fim de se manter fiel aos fundamentos utilizados na saída da renda variável, o Comitê recomenda não expor a carteira a risco nesse momento, mesmo que os fundos apresentados estejam apresentando rentabilidade maior, já que com o novo anúncio de tarifação pelos Estados Unidos ao Brasil na data de ontem e a condução da política fiscal internamente podem em algum momento elevar a volatilidade e prejudicar a estratégia. Continuando a análise, o Comitê verificou a possibilidade de alocação de recursos em títulos públicos federais com vencimentos entre 2026 e 2027, sem comprometer o limite de 40% em ativos ilíquidos, atendendo assim aos critérios estabelecidos na Política de Investimentos da Fundação em 2025. No entanto, o Comitê entende ser necessária a manifestação da Divisão Financeira quanto as expectativas dos saldos financeiros ao final dos exercícios 2025 e 2026 em relação ao que havia sido projetado pelo atuário, considerando que a Fundação obteve recursos muito cima do esperado em algumas receitas como Comprev por exemplo e pode encerrar o exercício com volume de recursos acima do previsto no cálculo atuarial 2025 com data focal em 31/12/2024. Caso a expectativa seja favorável, poderá abrir uma janela de oportunidade para a Fundação. O Comitê encaminhará os autos à Divisão Financeira para manifestação.</p>
04)	Encerrada a pauta, dada palavra aos presentes, não houve manifestações.
05)	Após as discussões, não havendo mais assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada às 11h00min.